



CÂMARA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
PROJETO DE LEI Nº /2021



PROJETO DE LEI Nº 128/2021.

DISPÕE SOBRE INSTITUIR O PROGRAMA QUE EVITA A MULTA E APREENSÃO DE MERCADORIAS DE VENDEDORES AMBULANTES SEM QUE HAJA AVISO PRÉVIO PARA ADEQUAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Mangaratiba, no uso das atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte,

LEI

Art. 1º – Em toda abordagem do fiscal público ao ambulante deverá sempre justificar quaisquer problemas decorrentes da venda de mercadorias.

Art. 2º – Em caso de problemas constatados nas mercadorias comercializadas, o ambulante terá um prazo máximo até sete (7) dias para a sua regularização, sob pena de multa e apreensão das mesmas, conforme legislação já vigente. Como problemas pode-se exemplificar:

- I – No caso de produtos perecíveis, a validade vencida dos mesmos;
- II – O acondicionamento incorreto de produtos, especialmente os gêneros alimentícios;
- III – Produtos que oferece algum tipo de risco a integridade física dos consumidores;
- IV – Produtos de origem desconhecida, como por exemplo contrabandeados;
- V – Qualquer tipo de substância tóxica de conhecimento público e notório.

Art. 3º – Não poderão ser apreendidas as mercadorias ou multado o ambulante sem o aviso prévio com sete (7) dias de antecedência feito pelo agente público.

Art. 4º – Essa Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Mangaratiba, 09 de novembro de 2021.


VEREADOR
HUGO GRAÇANO
Câmara Municipal de Mangaratiba

Tr. Ver. Vivaldo Eloy da Silva Passos, s/nº
Centro - Mangaratiba



JUSTIFICATIVA

O vereador Hugo Graçano, com assento nesta Casa Legislativa, vem apresentar para deliberação plenária o presente Projeto de Lei que visa a proteção do vendedor ambulante, principalmente evitando a multa ou o recolhimento dos materiais sem um prazo de sete dias para a regularização da venda. Destaca-se que produtos perecíveis mal acondicionados, frutos de roubo ou contrabando comprovado e que contenham substâncias tóxicas reconhecidamente proibidas serão recolhidos imediatamente sob sanções da lei. No caso de produtos mal acondicionados ou que tenham prazo de validade vencido, será solicitado que deixem de ser comercializados. Nos demais casos será solicitada a regularização no prazo de sete dias. Com essa medida, oportuniza-se que o vendedor ambulante possa ter sua atividade regularizada conforme a lei vigente.

